

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.841.2016-90

ENTIDADE: Câmara Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: José Ezi do Nascimento Aragão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.295/2017

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. REGULARIDADE COM RESSALVA. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

1. Constatada falha formal que não representa prejuízo ou risco de dano patrimonial (descumprimento do item XV do Anexo V da 2ª edição do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) JULGAR REGULAR, COM RESSALVA** a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade de seu então Presidente, **SR. JOSÉ EZI DO NASCIMENTO ARAGÃO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, valendo como ressalva a ausência de Controle Interno, exigido no item XV do Anexo V da 2ª edição do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013 e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 18 de maio de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.841.2016-90

ENTIDADE: Câmara Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: José Ezi do Nascimento Aragão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade de seu então Presidente, o Vereador **JOSÉ EZI DO NASCIMENTO ARAGÃO**¹.
2. Em 31 de março de 2016, por meio do Ofício EXP/CMT/Nº 041, as contas foram enviadas a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos dos artigos 23, § 1º, da Constituição Estadual e 2º, § 2º, I, *b*, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013².
3. Após o registro, autuação e distribuição, os autos foram remetidos à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, que se manifestou por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO (fls. 06/17), considerando irregulares as contas apresentadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ.
4. Em obediência ao previsto no artigo 57, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi determinada a citação do Gestor³, tendo o prazo transcorrido *in albis*, embora até tenha sido concedida sua dilação.
5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador, o Dr. João Izidro de Melo Neto, se pronunciou às fls. 40/41, pela reprovação da Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ, relativa ao exercício de 2015, considerando-a irregular, com fundamento no artigo 51, III, *b*, da Lei Complementar

¹ Presidente durante o período de 1º-01-2015 a 31-12-2016;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas dos documentos especificados nos Anexos I a VIII desta Resolução, respeitando os seguintes prazos:

I – até 31 de março do ano subsequente ao exercício findo:

b) Presidentes das Câmaras Municipais;

³ Realizada no dia 25 de janeiro de 2017, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 559 (fls. 29/30);
Processo TCE n.º 21.841.2016-90

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Estadual n. 38/93, em razão da ausência de envio da Lei Orçamentária Anual e de controle interno na Unidade.

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 18 de maio de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.841.2016-90

ENTIDADE: Câmara Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: José Ezi do Nascimento Aragão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Da análise da documentação encaminhada pela CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ, constata-se que:

a) a prestação de contas foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000 e Lei n. 4.320/1964, tendo sido encaminhada tempestivamente (artigo 2º, da Resolução-TCE n. 87/2013), e observados os itens previstos no Anexo V da 2ª edição do Manual de Referência da mencionada Resolução;

b) o ROL DE RESPONSÁVEIS pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, Sra. Raimunda da Luz Melo da Rocha, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

c) prosseguindo, pelo orçamento geral do Município, foi estimado para o Poder Legislativo a receita de R\$ 1.499.502,00 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e dois reais)⁵, sendo necessário ressaltar que não houve o

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

⁵ Segundo a DAFO, essa informação foi obtida por meio da análise da despesa por função da Prefeitura Municipal de Tarauacá (fl. 7);

Processo TCE n. 21.841.2016-90

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

envio ao *e-legis*⁶ da Lei Municipal que estimou a receita do exercício em análise. Saliente-se que a responsabilidade pelo envio era do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme estabelece o artigo 4º⁷, da Resolução-TCE n. 86, de 24 de outubro de 2013⁸, pelo que essa irregularidade não pode ser apontada no presente feito, tendo em vista que o Sr. José Ezi do Nascimento Aragão não era o responsável;

d) no curso do exercício, o **orçamento inicial** previsto foi alterado em função da abertura de créditos adicionais suplementares, bem como de anulações⁹, perfazendo no final a quantia de R\$ 1.761.221,46 (um milhão setecentos e sessenta e um mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos);

e) quanto à **execução**, cumpre destacar que os maiores gastos se deram em “vencimento e vantagens fixas” (R\$ 1.023.124,93) e “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” (R\$ 180.720,70).

f) prosseguindo, pelo **balanço orçamentário** (fls. 18/19) verifica-se que do cotejo entre a receita realizada e a despesa executada, os seus valores foram coincidentes, no importe de R\$ 1.761.221,46 (um milhão setecentos e sessenta e um mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos);

g) no tocante ao **balanço financeiro** (fl. 20), verificou-se que os valores referentes às receitas e despesas estão em consonância com os valores lançados nos demonstrativos, bem como com o extrato bancário apresentado, que demonstra não haver saldo financeiro no exercício;

h) o **resultado patrimonial** (fls. 21/24) do exercício demonstra um *superavit* de R\$ 10.991,00 (dez mil novecentos e noventa e um reais), sendo imperioso ressaltar que o patrimônio líquido totalizou R\$ 177.066,03 (cento e setenta e sete mil

⁶ Criado por meio da Resolução-TCE n. 83, de 06-06-2013, que dispõe sobre “a implantação do Sistema de Legislação Eletrônica – e-Legis – para controle e armazenamento da legislação pertinente dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Administração Pública Municipal e dá outras providências.”

⁷ Art. 4º A responsabilidade pelo cadastramento e envio das informações do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual é do Poder Executivo de cada ente da federação. § 1º O Poder Executivo deverá realizar o cadastramento e o envio das informações mencionadas no caput deste artigo somente após a aprovação dos instrumentos de planejamento pelo Poder Legislativo. § 2º As alterações dos instrumentos de planejamento que representem modificações nos conteúdos de que trata o art. 3º deverão refletir no cadastro realizado no Subsistema de Planejamento Governamental.

⁸ Dispõe sobre a criação do Subsistema de Planejamento Governamental para controle, armazenamento e disponibilização das informações do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dá outras providências.

⁹ R\$ 548.000,53 e R\$ 209.309,00, respectivamente;
Processo TCE n.º 21.841.2016-90

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

sessenta e seis reais e três centavos), tendo sido apresentado o inventário de bens móveis

i) no tocante à **dívida pública**, cabe aduzir que o Poder Legislativo não possui dívida de curto ou de longo prazo;

j) o **gasto com a remuneração dos vereadores** representou 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento)¹⁰ da receita do Município, atendendo, assim, a regra contida no artigo 29, inciso VII, da CF/88;

k) o **limite total da despesa com o Poder Legislativo**, incluindo o subsídio dos Vereadores, ficou no patamar de 6,93% (seis vírgula noventa e três por cento) da receita do Município realizada no exercício anterior, o que demonstra o respeito ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição da República¹¹;

l) a despesa total com a **folha de pagamento do Poder Legislativo**, no exercício em análise, correspondeu a 58,09% (cinquenta e oito vírgula zero nove por cento) dos repasses efetuados, evidenciando que foi atendida a exigência do artigo 29-A, §1º, da CF/88, que limita em até 70% (setenta por cento) as despesas sob a mencionada rubrica¹²;

m) quanto à **despesa com pessoal** da CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ alcançou o percentual de 2,12% (dois vírgula doze por cento) da receita corrente líquida do Município, atendendo, dessa forma, ao contido no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

n) no tocante aos **subsídios dos agentes políticos**, verifica-se que por força da Lei Municipal n. 741, de 12-12-2012, o subsídio era de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tendo sido possível aferir o cumprimento do disposto no artigo 39, § 4º, da

¹⁰ A despesa atingiu o montante de R\$ 176.970,90 (cento e setenta e seis mil novecentos e setenta reais e noventa centavos) e correspondeu a 1,72% da Receita do Município (R\$ 15.253.973,10), descontados os valores relativos ao FUNDEB (R\$ 4.620.257,13) e receitas de convênios (R\$ 359.287,84) e que totalizou R\$ 10.274.428,13 (dez milhões duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais e treze centavos);

¹¹ “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente **realizado no exercício anterior**: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)” - Destaquei

¹² Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

Processo TCE n.º 21.841.2016-90

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Constituição Federal, uma vez que foi apresentado o demonstrativo especificando os valores efetivamente pagos, bem como as fichas financeiras;

o) por fim, quanto ao Parecer elaborado pelo Controle Interno, previsto no item XV, do Anexo V, da 2ª edição do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013¹³, verifica-se o desacordo com o estabelecido no artigo 74, da Constituição Federal¹⁴ e o previsto na Resolução-TCE n. 76, de 13-09-2012, que em seu artigo 1º, determina aos Chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como aos Chefes do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado do Acre, o cumprimento obrigatório a partir de primeiro de abril de 2013, do disposto no mencionado dispositivo constitucional, criando de forma integrada, sistema de controle interno no âmbito dos Poderes e Órgãos, inclusive Fundações, Autarquias, empresas controladas e empresas estatais dependentes.

Contudo, diante do que mais consta nos autos e se tratando de Unidade com diminuto orçamento, é possível classificar a falha apontada como ressalva.

2. Ante o exposto, considerando o Relatório Técnico de fls. 06/17, bem como a manifestação ministerial, **VOTO** pela:

2.1) EMISSÃO de acórdão julgando **REGULAR, COM RESSALVA**, a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade de seu então Presidente, **SR. JOSÉ EZI DO NASCIMENTO ARAGÃO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹⁵, valendo

¹³ XV. Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos:

a. relatório da gestão financeira, patrimonial e orçamentária;
b. descrição analítica das atividades e da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual do ente, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;
c. certidão de auditoria, bem como a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;

¹⁴ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

¹⁵ Art. 51 - As contas serão julgadas:

Processo TCE n.º 21.841.2016-90

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

como ressalva a ausência de Controle Interno, exigido no item XV do Anexo V da 2ª edição do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013, e

2.2) REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

3. É como Voto.

4. Rio Branco, 18 de maio de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 21.841.2016-90

ENTIDADE: Câmara Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: José Ezi do Nascimento Aragão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.283ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de maio do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro, Dulcinéia Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Chefe **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 45)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora